



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA
Grupo Municipal do PCP

MOÇÃO

REJEITAR O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014 É UM IMPERATIVO PATRIÓTICO

Considerando que:

- O Orçamento do Estado para 2014 aprofunda e aumenta drasticamente as desigualdades sociais existentes em Portugal e compromete a recuperação económica, o crescimento e o desenvolvimento do país;
- O Orçamento do Estado para 2014 favorece claramente os grandes grupos económicos em centenas de milhões de euros, através, entre outras, da designada reforma do IRC e de regimes fiscais privilegiados;
- O Orçamento do Estado para 2014 reduz o valor do factor trabalho e das pensões impondo novos cortes, incluindo a eliminação de prestações sociais e mantendo a esmagadora carga fiscal sobre o trabalho;
- O Orçamento do Estado para 2014 intensifica o ataque aos trabalhadores da administração pública, quer através de políticas de despedimentos quer na redução de salários;
- O Orçamento do Estado agrava a linha de ataque ao Serviço Nacional de Saúde, à Escola Pública e aos Serviços Sociais;
- O governo, através do Orçamento do Estado para 2014, reduz em 848 milhões de euros o montante destinado à saúde e em 570 milhões de euros o montante destinado à educação, ao mesmo tempo que implementa medidas de favorecimento do ensino privado;
- O governo, através do Orçamento do Estado para 2014 recua no que respeita ao desenvolvimento de infraestruturas, pretendendo cortar mais de mil milhões de euros no investimento público, o que terá consequências imediatas na degradação dos serviços prestados às populações;
- O Orçamento do Estado para 2014 reconhece ele próprio que com as políticas que aplica trará maior número de falências de pequenas e médias empresas;
- O governo reconhece através do seu próprio Orçamento do Estado para 2014 que, em consequência da política que aplica, o desemprego continuará a aumentar, atingindo nessas suas previsões 17,7%;
- Com o Orçamento do Estado para 2014 os trabalhadores portugueses pagarão por via do IRS, o triplo do que pagam as empresas por via do IRC;
- Desde 2010, a despesa com os juros à dívida, apesar dos cortes drásticos efectuados desde então para cá, passou de 4 800 milhões de euros para 7 300 milhões de euros, representando hoje a dívida portuguesa 130% do PIB, ou seja mais de 200 000 milhões de euros em 2014;
- O Orçamento do Estado para 2014, afectará também a capacidade de intervenção dos municípios;
- O governo com esta proposta de OE pretende afrontar o Tribunal Constitucional pondo em causa a democracia.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. 1/

ENT 2485 SG/DAOSM/GAAM/ 13

DATA 22/11/13

7 de 11



O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Ordinária de 26 de Novembro de 2013, delibere:

1. Reconhecer que a renegociação da dívida é assunto actual, merecedor de toda a atenção da agenda política portuguesa e uma necessidade que se vai impondo a cada dia que passa;
2. Manifestar a sua preocupação pelo conjunto de inconstitucionalidades de que poderão vir a confirmar-se em relação ao Orçamento do Estado para 2014;
3. Reafirmar que existem políticas alternativas àquelas que o governo insiste em prosseguir e que, não só não sacrificariam os trabalhadores, como permitiriam melhores condições para a recuperação, crescimento e desenvolvimento da economia nacional;
4. Manifestar a sua solidariedade e apoio aos cidadãos que vivem e trabalham em Lisboa, nas suas lutas em defesa dos seus direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa;
5. Saudar a jornada de luta que trabalhadores, estudantes, desempregados, reformados, pensionistas e todos os cidadãos lesados pelas políticas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, realizam hoje, manifestando-se também em Lisboa junto ao parlamento, no próprio dia em que se vota o OE/2014 na Assembleia da República;
6. Remeter a presente moção para:
  - Presidente da República;
  - Presidente da Assembleia da República;
  - Grupos parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV;
  - Primeiro-ministro;
  - Ministra das Finanças.
7. Redacção da Agência de Notícias de Portugal – LUSA.

Pelo Grupo Municipal do PCP

A Deputada Municipal

Deolinda Carvalho Machado

- Deolinda Machado -

Exm^a Senhora
Mestre Maria Luís Albuquerque
M.I. Ministra de Estado e das Finanças

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1344/AML/13

Data
03-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 2

Levo ao conhecimento de V^a Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, deliberou uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, que abaixo se transcreve, tendo sido o ponto 1 rejeitado e os pontos 2 a 7 aprovados por maioria.

“REJEITAR O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014 É UM IMPERATIVO PATRIÓTICO
Considerando que:

- *O Orçamento do Estado para 2014 aprofunda e aumenta drasticamente as desigualdades sociais existentes em Portugal e compromete a recuperação económica, o crescimento e o desenvolvimento do país;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 favorece claramente os grandes grupos económicos em centenas de milhões de euros, através, entre outras, da designada reforma do IRC e de regimes fiscais privilegiados;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 reduz o valor do factor trabalho e das pensões impondo novos cortes, incluindo a eliminação de prestações sociais e mantendo a esmagadora carga fiscal sobre o trabalho;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 intensifica o ataque aos trabalhadores da administração pública, quer através de políticas de despedimentos quer na redução de salários;*
- *O Orçamento do Estado agrava a linha de ataque ao Serviço Nacional de Saúde, à Escola Pública e aos Serviços Sociais;*
- *O governo, através do Orçamento do Estado para 2014, reduz em 848 milhões de euros o montante destinado à saúde e em 570 milhões de euros o montante destinado à educação, ao mesmo tempo que implementa medidas de favorecimento do ensino privado;*
- *O governo, através do Orçamento do Estado para 2014 recua no que respeita ao desenvolvimento de infraestruturas, pretendendo cortar mais de mil milhões de euros no investimento público, o que terá consequências imediatas na degradação dos serviços prestados às populações;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 reconhece ele próprio que com as políticas que aplica trará maior número de falências de pequenas e médias empresas;*
- *O governo reconhece através do seu próprio Orçamento do Estado para 2014 que, em consequência da política que aplica, o desemprego continuará a aumentar, atingindo nessas suas previsões 17,7%;*
- *Com o Orçamento do Estado para 2014 os trabalhadores portugueses pagarão, por via do IRS, o triplo do que pagam as empresas por via do IRC;*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____

- Desde 2010, a despesa com os juros a dívida, apesar dos cortes drásticos efectuados desde então para cá, passou de 4 800 milhões de euros para 7 300 milhões de euros, representando hoje a dívida portuguesa 130% do PIB, ou seja mais de 200 000 milhões de euros em 2014;
- O Orçamento do Estado para 2014, afectará também a capacidade de intervenção dos municípios;
- O governo com esta proposta de OE pretende afrontar o Tribunal Constitucional pondo em causa a democracia.

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Ordinária de 26 de Novembro de 2013, delibere:

1. Reconhecer que a renegociação da dívida é assunto actual, merecedor de toda a atenção da agenda política portuguesa e uma necessidade que se vai impondo a cada dia que passa;
2. Manifestar a sua preocupação pelo conjunto de inconstitucionalidades de que poderão vir a confirmar-se em relação ao Orçamento do Estado para 2014;
3. Reafirmar que existem políticas alternativas àquelas que o governo insiste em prosseguir e que, não só não sacrificariam os trabalhadores, como permitiriam melhores condições para a recuperação, crescimento e desenvolvimento da economia nacional;
4. Manifestar a sua solidariedade e apoio aos cidadãos que vivem e trabalham em Lisboa, nas suas lutas em defesa dos seus direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa;
5. Saudar a jornada de luta que trabalhadores, estudantes, desempregados, reformados, pensionistas e todos os cidadãos lesados pelas políticas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, realizam hoje, manifestando-se também em Lisboa junto ao parlamento, no próprio dia em que se vota o OE/2014 na Assembleia da República;
6. Remeter a presente moção para:
  - Presidente da República;
  - Presidente da Assembleia da República;
  - Grupos parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV;
  - Primeiro-ministro;
  - Ministra das Finanças.
7. Redacção da Agência de Notícias de Portugal – LUSA.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV

Exmº Senhor
Dr. Pedro Passos Coelho
M.I. Primeiro Ministro

Sua referência

Sua data

Nossa referência

OF/1343/AML/13

Data

03-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 2

Excelência,

Levo ao conhecimento de Vª Excelência, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, deliberou uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, que abaixo se transcreve, tendo sido o ponto 1 rejeitado e os pontos 2 a 7 aprovados por maioria.

“REJEITAR O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014 É UM IMPERATIVO PATRIÓTICO

Considerando que:

- *O Orçamento do Estado para 2014 aprofunda e aumenta drasticamente as desigualdades sociais existentes em Portugal e compromete a recuperação económica, o crescimento e o desenvolvimento do país;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 favorece claramente os grandes grupos económicos em centenas de milhões de euros, através, entre outras, da designada reforma do IRC e de regimes fiscais privilegiados;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 reduz o valor do factor trabalho e das pensões impondo novos cortes, incluindo a eliminação de prestações sociais e mantendo a esmagadora carga fiscal sobre o trabalho;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 intensifica o ataque aos trabalhadores da administração pública, quer através de políticas de despedimentos quer na redução de salários;*
- *O Orçamento do Estado agrava a linha de ataque ao Serviço Nacional de Saúde, à Escola Pública e aos Serviços Sociais;*
- *O governo, através do Orçamento do Estado para 2014, reduz em 848 milhões de euros o montante destinado à saúde e em 570 milhões de euros o montante destinado à educação, ao mesmo tempo que implementa medidas de favorecimento do ensino privado;*
- *O governo, através do Orçamento do Estado para 2014 recua no que respeita ao desenvolvimento de infraestruturas, pretendendo cortar mais de mil milhões de euros no investimento público, o que terá consequências imediatas na degradação dos serviços prestados às populações;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 reconhece ele próprio que com as políticas que aplica trará maior número de falências de pequenas e médias empresas;*
- *O governo reconhece através do seu próprio Orçamento do Estado para 2014 que, em consequência da política que aplica, o desemprego continuará a aumentar, atingindo nessas suas previsões 17,7%;*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA
PRESIDENTE

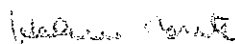
- Com o Orçamento do Estado para 2014 os trabalhadores portugueses pagarão por via do IRS, o triplo do que pagam as empresas por via do IRC;
- Desde 2010, a despesa com os juros a dívida, apesar dos cortes drásticos efectuados desde então para cá, passou de 4 800 milhões de euros para 7 300 milhões de euros, representando hoje a dívida portuguesa 130% do PIB, ou seja mais de 200 000 milhões de euros em 2014;
- O Orçamento do Estado para 2014, afectará também a capacidade de intervenção dos municípios;
- O governo com esta proposta de OE pretende afrontar o Tribunal Constitucional pondo em causa a democracia.

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Ordinária de 26 de Novembro de 2013, delibere:

1. Reconhecer que a renegociação da dívida é assunto actual, merecedor de toda a atenção da agenda política portuguesa e uma necessidade que se vai impondo a cada dia que passa;
2. Manifestar a sua preocupação pelo conjunto de inconstitucionalidades de que poderão vir a confirmar-se em relação ao Orçamento do Estado para 2014;
3. Reafirmar que existem políticas alternativas àquelas que o governo insiste em prosseguir e que, não só não sacrificariam os trabalhadores, como permitiriam melhores condições para a recuperação, crescimento e desenvolvimento da economia nacional;
4. Manifestar a sua solidariedade e apoio aos cidadãos que vivem e trabalham em Lisboa, nas suas lutas em defesa dos seus direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa;
5. Saudar a jornada de luta que trabalhadores, estudantes, desempregados, reformados, pensionistas e todos os cidadãos lesados pelas políticas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, realizam hoje, manifestando-se também em Lisboa junto ao parlamento, no próprio dia em que se vota o OE/2014 na Assembleia da República;
6. Remeter a presente moção para:
  - Presidente da República;
  - Presidente da Assembleia da República;
  - Grupos parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV;
  - Primeiro-ministro;
  - Ministra das Finanças.
7. Redacção da Agência de Notícias de Portugal – LUSA.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA

Exm^a Senhora

Dr.ª Heloísa Apolónia

M.I. Líder do Grupo Parlamentar do Partido
Ecologista "Os Verdes"

Sua referência

Sua data

Nossa referência

OF/1341/AML/13

Data

03-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 2

Levo ao conhecimento de V^a Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, deliberou uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, que abaixo se transcreve, tendo sido o ponto 1 rejeitado e os pontos 2 a 7 aprovados por maioria.

"REJEITAR O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014 É UM IMPERATIVO PATRIÓTICO"

Considerando que:

- O Orçamento do Estado para 2014 aprofunda e aumenta drasticamente as desigualdades sociais existentes em Portugal e compromete a recuperação económica, o crescimento e o desenvolvimento do país;
- O Orçamento do Estado para 2014 favorece claramente os grandes grupos económicos em centenas de milhões de euros, através, entre outras, da designada reforma do IRC e de regimes fiscais privilegiados;
- O Orçamento do Estado para 2014 reduz o valor do factor trabalho e das pensões impondo novos cortes, incluindo a eliminação de prestações sociais e mantendo a esmagadora carga fiscal sobre o trabalho;
- O Orçamento do Estado para 2014 intensifica o ataque aos trabalhadores da administração pública, quer através de políticas de despedimentos quer na redução de salários;
- O Orçamento do Estado agrava a linha de ataque ao Serviço Nacional de Saúde, à Escola Pública e aos Serviços Sociais;
- O governo, através do Orçamento do Estado para 2014, reduz em 848 milhões de euros o montante destinado à saúde e em 570 milhões de euros o montante destinado à educação, ao mesmo tempo que implementa medidas de favorecimento do ensino privado;
- O governo, através do Orçamento do Estado para 2014 recua no que respeita ao desenvolvimento de infraestruturas, pretendendo cortar mais de mil milhões de euros no investimento público, o que terá consequências imediatas na degradação dos serviços prestados às populações;
- O Orçamento do Estado para 2014 reconhece ele próprio que com as políticas que aplica trará maior número de falências de pequenas e médias empresas;
- O governo reconhece através do seu próprio Orçamento do Estado para 2014 que, em consequência da política que aplica, o desemprego continuará a aumentar, atingindo nessas suas previsões 17,7%;
- Com o Orçamento do Estado para 2014 os trabalhadores portugueses pagam o triplo do que pagam as empresas por via do IRS;

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA

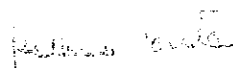
- Desde 2010, a despesa com os juros a dívida, apesar dos cortes drásticos efectuados desde então para cá, passou de 4 800 milhões de euros para 7 300 milhões de euros, representando hoje a dívida portuguesa 130% do PIB, ou seja mais de 200 000 milhões de euros em 2014;
- O Orçamento do Estado para 2014, afectará também a capacidade de intervenção dos municípios;
- O governo com esta proposta de OE pretende afrontar o Tribunal Constitucional pondo em causa a democracia.

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Ordinária de 26 de Novembro de 2013, delibere:

1. Reconhecer que a renegociação da dívida é assunto actual, merecedor de toda a atenção da agenda política portuguesa e uma necessidade que se vai impondo a cada dia que passa;
2. Manifestar a sua preocupação pelo conjunto de inconstitucionalidades de que poderão vir a confirmar-se em relação ao Orçamento do Estado para 2014;
3. Reafirmar que existem políticas alternativas àquelas que o governo insiste em prosseguir e que, não só não sacrificariam os trabalhadores, como permitiriam melhores condições para a recuperação, crescimento e desenvolvimento da economia nacional;
4. Manifestar a sua solidariedade e apoio aos cidadãos que vivem e trabalham em Lisboa, nas suas lutas em defesa dos seus direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa;
5. Saudar a jornada de luta que trabalhadores, estudantes, desempregados, reformados, pensionistas e todos os cidadãos lesados pelas políticas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, realizam hoje, manifestando-se também em Lisboa junto ao parlamento, no próprio dia em que se vota o OE/2014 na Assembleia da República;
6. Remeter a presente moção para:
  - Presidente da República;
  - Presidente da Assembleia da República;
  - Grupos parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV;
  - Primeiro-ministro;
  - Ministra das Finanças.
7. Redacção da Agência de Notícias de Portugal – LUSA.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV

Exmº Senhor
Dr. Pedro Filipe Soares
M.I. Líder do Grupo Parlamentar do Bloco
de Esquerda

Sua referência

Sua data

Nossa referência

OF/1340/AML/13

Data

03-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 2

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, deliberou uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, que abaixo se transcreve, tendo sido o ponto 1 rejeitado e os pontos 2 a 7 aprovados por maioria.

“REJEITAR O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014 É UM IMPERATIVO PATRIÓTICO
Considerando que:

- *O Orçamento do Estado para 2014 aprofunda e aumenta drasticamente as desigualdades sociais existentes em Portugal e compromete a recuperação económica, o crescimento e o desenvolvimento do país;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 favorece claramente os grandes grupos económicos em centenas de milhões de euros, através, entre outras, da designada reforma do IRC e de regimes fiscais privilegiados;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 reduz o valor do factor trabalho e das pensões impondo novos cortes, incluindo a eliminação de prestações sociais e mantendo a esmagadora carga fiscal sobre o trabalho;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 intensifica o ataque aos trabalhadores da administração pública, quer através de políticas de despedimentos quer na redução de salários;*
- *O Orçamento do Estado agrava a linha de ataque ao Serviço Nacional de Saúde, à Escola Pública e aos Serviços Sociais;*
- *O governo, através do Orçamento do Estado para 2014, reduz em 848 milhões de euros o montante destinado à saúde e em 570 milhões de euros o montante destinado à educação, ao mesmo tempo que implementa medidas de favorecimento do ensino privado;*
- *O governo, através do Orçamento do Estado para 2014 recua no que respeita ao desenvolvimento de infraestruturas, pretendendo cortar mais de mil milhões de euros no investimento público, o que terá consequências imediatas na degradação dos serviços prestados às populações;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 reconhece ele próprio que com as políticas que aplica trará maior número de falências de pequenas e médias empresas;*
- *O governo reconhece através do seu próprio Orçamento do Estado para 2014 que, em consequência da política que aplica, o desemprego continuará a aumentar, atingindo nessas suas previsões 17,7%;*
- *Com o Orçamento do Estado para 2014 os trabalhadores portugueses pagam o triplo do que pagam as empresas por via do IRC;*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____ / _____

- Desde 2010, a despesa com os juros a dívida, apesar dos cortes drásticos efectuados desde então para cá, passou de 4 800 milhões de euros para 7 300 milhões de euros, representando hoje a dívida portuguesa 130% do PIB, ou seja mais de 200 000 milhões de euros em 2014;
- O Orçamento do Estado para 2014, afectará também a capacidade de intervenção dos municípios;
- O governo com esta proposta de OE pretende afrontar o Tribunal Constitucional pondo em causa a democracia.

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Ordinária de 26 de Novembro de 2013, delibere:

1. Reconhecer que a renegociação da dívida é assunto actual, merecedor de toda a atenção da agenda política portuguesa e uma necessidade que se vai impondo a cada dia que passa;
2. Manifestar a sua preocupação pelo conjunto de inconstitucionalidades de que poderão vir a confirmar-se em relação ao Orçamento do Estado para 2014;
3. Reafirmar que existem políticas alternativas àquelas que o governo insiste em prosseguir e que, não só não sacrificariam os trabalhadores, como permitiriam melhores condições para a recuperação, crescimento e desenvolvimento da economia nacional;
4. Manifestar a sua solidariedade e apoio aos cidadãos que vivem e trabalham em Lisboa, nas suas lutas em defesa dos seus direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa;
5. Saudar a jornada de luta que trabalhadores, estudantes, desempregados, reformados, pensionistas e todos os cidadãos lesados pelas políticas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, realizam hoje, manifestando-se também em Lisboa junto ao parlamento, no próprio dia em que se vota o OE/2014 na Assembleia da República;
6. Remeter a presente moção para:
  - Presidente da República;
  - Presidente da Assembleia da República;
  - Grupos parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV;
  - Primeiro-ministro;
  - Ministra das Finanças.
7. Redacção da Agência de Notícias de Portugal – LUSA.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA
24 DE SETEMBRO

Exmº Senhor
Dr. Nuno Miguel Miranda de Magalhães
M.I. Líder do Grupo Parlamentar do CDS-
PP

Sua referência

Sua data

Nossa referência

OF/1339/AML/13

Data

03-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 2

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, deliberou uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, que abaixo se transcreve, tendo sido o ponto 1 rejeitado e os pontos 2 a 7 aprovados por maioria.

“REJEITAR O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014 É UM IMPERATIVO PATRIÓTICO
Considerando que:

- O Orçamento do Estado para 2014 aprofunda e aumenta drasticamente as desigualdades sociais existentes em Portugal e compromete a recuperação económica, o crescimento e o desenvolvimento do país;
- O Orçamento do Estado para 2014 favorece claramente os grandes grupos económicos em centenas de milhões de euros, através, entre outras, da designada reforma do IRC e de regimes fiscais privilegiados;
- O Orçamento do Estado para 2014 reduz o valor do factor trabalho e das pensões impondo novos cortes, incluindo a eliminação de prestações sociais e mantendo a esmagadora carga fiscal sobre o trabalho;
- O Orçamento do Estado para 2014 intensifica o ataque aos trabalhadores da administração pública, quer através de políticas de despedimentos quer na redução de salários;
- O Orçamento do Estado agrava a linha de ataque ao Serviço Nacional de Saúde, à Escola Pública e aos Serviços Sociais;
- O governo, através do Orçamento do Estado para 2014, reduz em 848 milhões de euros o montante destinado à saúde e em 570 milhões de euros o montante destinado à educação, ao mesmo tempo que implementa medidas de favorecimento do ensino privado;
- O governo, através do Orçamento do Estado para 2014 recua no que respeita ao desenvolvimento de infraestruturas, pretendendo cortar mais de mil milhões de euros no investimento público, o que terá consequências imediatas na degradação dos serviços prestados às populações;
- O Orçamento do Estado para 2014 reconhece ele próprio que com as políticas que aplica trará maior número de falências de pequenas e médias empresas;
- O governo reconhece através do seu próprio Orçamento do Estado para 2014 que, em consequência da política que aplica, o desemprego continuará a aumentar, atingindo nessas suas previsões 17,7%;
- Com o Orçamento do Estado para 2014 os trabalhadores portugueses pagarão por via do IRS, o triplo do que pagam as empresas por via do IRC;

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA

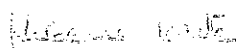
- Desde 2010, a despesa com os juros a dívida, apesar dos cortes drásticos efectuados desde então para cá, passou de 4 800 milhões de euros para 7 300 milhões de euros, representando hoje a dívida portuguesa 130% do PIB, ou seja mais de 200 000 milhões de euros em 2014;
- O Orçamento do Estado para 2014, afectará também a capacidade de intervenção dos municípios;
- O governo com esta proposta de OE pretende afrontar o Tribunal Constitucional pondo em causa a democracia.

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Ordinária de 26 de Novembro de 2013, delibere:

1. Reconhecer que a renegociação da dívida é assunto actual, merecedor de toda a atenção da agenda política portuguesa e uma necessidade que se vai impondo a cada dia que passa;
2. Manifestar a sua preocupação pelo conjunto de inconstitucionalidades de que poderão vir a confirmar-se em relação ao Orçamento do Estado para 2014;
3. Reafirmar que existem políticas alternativas àquelas que o governo insiste em prosseguir e que, não só não sacrificariam os trabalhadores, como permitiriam melhores condições para a recuperação, crescimento e desenvolvimento da economia nacional;
4. Manifestar a sua solidariedade e apoio aos cidadãos que vivem e trabalham em Lisboa, nas suas lutas em defesa dos seus direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa;
5. Saudar a jornada de luta que trabalhadores, estudantes, desempregados, reformados, pensionistas e todos os cidadãos lesados pelas políticas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, realizam hoje, manifestando-se também em Lisboa junto ao parlamento, no próprio dia em que se vota o OE/2014 na Assembleia da República;
6. Remeter a presente moção para:
  - Presidente da República;
  - Presidente da Assembleia da República;
  - Grupos parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV;
  - Primeiro-ministro;
  - Ministra das Finanças.
7. Redacção da Agência de Notícias de Portugal – LUSA.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV

Exmº Senhor
Dr. João Oliveira
M.I. Líder do Grupo Parlamentar do Partido
Comunista Português

Sua referência

Sua data

Nossa referência

OF/1338/AML/13

Data

03-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 2

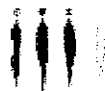
Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, deliberou uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, que abaixo se transcreve, tendo sido o ponto 1 rejeitado e os pontos 2 a 7 aprovados por maioria.

“REJEITAR O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014 É UM IMPERATIVO PATRIÓTICO
Considerando que:

- *O Orçamento do Estado para 2014 aprofunda e aumenta drasticamente as desigualdades sociais existentes em Portugal e compromete a recuperação económica, o crescimento e o desenvolvimento do país;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 favorece claramente os grandes grupos económicos em centenas de milhões de euros, através, entre outras, da designada reforma do IRC e de regimes fiscais privilegiados;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 reduz o valor do factor trabalho e das pensões impondo novos cortes, incluindo a eliminação de prestações sociais e mantendo a esmagadora carga fiscal sobre o trabalho;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 intensifica o ataque aos trabalhadores da administração pública, quer através de políticas de despedimentos quer na redução de salários;*
- *O Orçamento do Estado agrava a linha de ataque ao Serviço Nacional de Saúde, à Escola Pública e aos Serviços Sociais;*
- *O governo, através do Orçamento do Estado para 2014, reduz em 848 milhões de euros o montante destinado à saúde e em 570 milhões de euros o montante destinado à educação, ao mesmo tempo que implementa medidas de favorecimento do ensino privado;*
- *O governo, através do Orçamento do Estado para 2014 recua no que respeita ao desenvolvimento de infraestruturas, pretendendo cortar mais de mil milhões de euros no investimento público, o que terá consequências imediatas na degradação dos serviços prestados às populações;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 reconhece ele próprio que com as políticas que aplica trará maior número de falências de pequenas e médias empresas;*
- *O governo reconhece através do seu próprio Orçamento do Estado para 2014 que, em consequência da política que aplica, o desemprego continuará a aumentar, atingindo nessas suas previsões 17,7%;*
- *Com o Orçamento do Estado para 2014 os trabalhadores portugueses pagam o triplo do que pagam as empresas por via do IRC;*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/_____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA

PRESIDENTE

- Desde 2010, a despesa com os juros a dívida, apesar dos cortes drásticos efectuados desde então para cá, passou de 4 800 milhões de euros para 7 300 milhões de euros, representando hoje a dívida portuguesa 130% do PIB, ou seja mais de 200 000 milhões de euros em 2014;
- O Orçamento do Estado para 2014, afectará também a capacidade de intervenção dos municípios;
- O governo com esta proposta de OE pretende afrontar o Tribunal Constitucional pondo em causa a democracia.

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Ordinária de 26 de Novembro de 2013, delibere:

1. Reconhecer que a renegociação da dívida é assunto actual, merecedor de toda a atenção da agenda política portuguesa e uma necessidade que se vai impondo a cada dia que passa;
2. Manifestar a sua preocupação pelo conjunto de inconstitucionalidades de que poderão vir a confirmar-se em relação ao Orçamento do Estado para 2014;
3. Reafirmar que existem políticas alternativas àquelas que o governo insiste em prosseguir e que, não só não sacrificariam os trabalhadores, como permitiriam melhores condições para a recuperação, crescimento e desenvolvimento da economia nacional;
4. Manifestar a sua solidariedade e apoio aos cidadãos que vivem e trabalham em Lisboa, nas suas lutas em defesa dos seus direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa;
5. Saudar a jornada de luta que trabalhadores, estudantes, desempregados, reformados, pensionistas e todos os cidadãos lesados pelas políticas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, realizam hoje, manifestando-se também em Lisboa junto ao parlamento, no próprio dia em que se vota o OE/2014 na Assembleia da República;
6. Remeter a presente moção para:
  - Presidente da República;
  - Presidente da Assembleia da República;
  - Grupos parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV;
  - Primeiro-ministro;
  - Ministra das Finanças.
7. Redacção da Agência de Notícias de Portugal – LUSA.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente

Helena Roseta

CV

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA
PRESIDENTE

Exmº Senhor
Dr. Alberto de Sousa Martins
M.I. Líder do Grupo Parlamentar do Partido
Socialista

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1337/AML/13

Data
03-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 2

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, deliberou uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, que abaixo se transcreve, tendo sido o ponto 1 rejeitado e os pontos 2 a 7 aprovados por maioria.

“REJEITAR O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014 É UM IMPERATIVO PATRIÓTICO
Considerando que:

- *O Orçamento do Estado para 2014 aprofunda e aumenta drasticamente as desigualdades sociais existentes em Portugal e compromete a recuperação económica, o crescimento e o desenvolvimento do país;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 favorece claramente os grandes grupos económicos em centenas de milhões de euros, através, entre outras, da designada reforma do IRC e de regimes fiscais privilegiados;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 reduz o valor do factor trabalho e das pensões impondo novos cortes, incluindo a eliminação de prestações sociais e mantendo a esmagadora carga fiscal sobre o trabalho;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 intensifica o ataque aos trabalhadores da administração pública, quer através de políticas de despedimentos quer na redução de salários;*
- *O Orçamento do Estado agrava a linha de ataque ao Serviço Nacional de Saúde, à Escola Pública e aos Serviços Sociais;*
- *O governo, através do Orçamento do Estado para 2014, reduz em 848 milhões de euros o montante destinado à saúde e em 570 milhões de euros o montante destinado à educação, ao mesmo tempo que implementa medidas de favorecimento do ensino privado;*
- *O governo, através do Orçamento do Estado para 2014 recua no que respeita ao desenvolvimento de infraestruturas, pretendendo cortar mais de mil milhões de euros no investimento público, o que terá consequências imediatas na degradação dos serviços prestados às populações;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 reconhece ele próprio que com as políticas que aplica trará maior número de falências de pequenas e médias empresas;*
- *O governo reconhece através do seu próprio Orçamento do Estado para 2014 que, em consequência da política que aplica, o desemprego continuará a aumentar, atingindo nessas suas previsões 17,7%;*
- *Com o Orçamento do Estado para 2014 os trabalhadores portugueses pagam o triplo do que pagam as empresas por via do IRC;*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/_____

- Desde 2010, a despesa com os juros a dívida, apesar dos cortes drásticos efectuados desde então para cá, passou de 4 800 milhões de euros para 7 300 milhões de euros, representando hoje a dívida portuguesa 130% do PIB, ou seja mais de 200 000 milhões de euros em 2014;
- O Orçamento do Estado para 2014, afectará também a capacidade de intervenção dos municípios;
- O governo com esta proposta de OE pretende afrontar o Tribunal Constitucional pondo em causa a democracia.

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Ordinária de 26 de Novembro de 2013, delibere:

1. Reconhecer que a renegociação da dívida é assunto actual, merecedor de toda a atenção da agenda política portuguesa e uma necessidade que se vai impondo a cada dia que passa;
2. Manifestar a sua preocupação pelo conjunto de inconstitucionalidades de que poderão vir a confirmar-se em relação ao Orçamento do Estado para 2014;
3. Reafirmar que existem políticas alternativas àquelas que o governo insiste em prosseguir e que, não só não sacrificariam os trabalhadores, como permitiriam melhores condições para a recuperação, crescimento e desenvolvimento da economia nacional;
4. Manifestar a sua solidariedade e apoio aos cidadãos que vivem e trabalham em Lisboa, nas suas lutas em defesa dos seus direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa;
5. Saudar a jornada de luta que trabalhadores, estudantes, desempregados, reformados, pensionistas e todos os cidadãos lesados pelas políticas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, realizam hoje, manifestando-se também em Lisboa junto ao parlamento, no próprio dia em que se vota o OE/2014 na Assembleia da República;
6. Remeter a presente moção para:
  - Presidente da República;
  - Presidente da Assembleia da República;
  - Grupos parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV;
  - Primeiro-ministro;
  - Ministra das Finanças.
7. Redacção da Agência de Notícias de Portugal – LUSA.

Com os melhores cumprimentos, e a *entrega de*

A Presidente

Helena Roseta

Helena Roseta

CV

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA

Exmº Senhor
Dr. Luís Filipe Montenegro Cardoso de
Morais Esteves
M.I. Líder do Grupo Parlamentar do Partido
Social Democrata

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1336/AML/13

Data
03-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 2

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, deliberou uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, que abaixo se transcreve, tendo sido o ponto 1 rejeitado e os pontos 2 a 7 aprovados por maioria.

“REJEITAR O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014 É UM IMPERATIVO PATRIÓTICO
Considerando que:

- O Orçamento do Estado para 2014 aprofunda e aumenta drasticamente as desigualdades sociais existentes em Portugal e compromete a recuperação económica, o crescimento e o desenvolvimento do país;
- O Orçamento do Estado para 2014 favorece claramente os grandes grupos económicos em centenas de milhões de euros, através, entre outras, da designada reforma do IRC e de regimes fiscais privilegiados;
- O Orçamento do Estado para 2014 reduz o valor do factor trabalho e das pensões impondo novos cortes, incluindo a eliminação de prestações sociais e mantendo a esmagadora carga fiscal sobre o trabalho;
- O Orçamento do Estado para 2014 intensifica o ataque aos trabalhadores da administração pública, quer através de políticas de despedimentos quer na redução de salários;
- O Orçamento do Estado agrava a linha de ataque ao Serviço Nacional de Saúde, à Escola Pública e aos Serviços Sociais;
- O governo, através do Orçamento do Estado para 2014, reduz em 848 milhões de euros o montante destinado à saúde e em 570 milhões de euros o montante destinado à educação, ao mesmo tempo que implementa medidas de favorecimento do ensino privado;
- O governo, através do Orçamento do Estado para 2014 recua no que respeita ao desenvolvimento de infraestruturas, pretendendo cortar mais de mil milhões de euros no investimento público, o que terá consequências imediatas na degradação dos serviços prestados às populações;
- O Orçamento do Estado para 2014 reconhece ele próprio que com as políticas que aplica trará maior número de falências de pequenas e médias empresas;
- O governo reconhece através do seu próprio Orçamento do Estado para 2014 que, em consequência da política que aplica, o desemprego continuará a aumentar, atingindo pessoas e suas previsões 17.7%;

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA

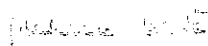
- Com o Orçamento do Estado para 2014 os trabalhadores portugueses pagarão por via do IRS, o triplo do que pagam as empresas por via do IRC;
- Desde 2010, a despesa com os juros a dívida, apesar dos cortes drásticos efectuados desde então para cá, passou de 4 800 milhões de euros para 7 300 milhões de euros, representando hoje a dívida portuguesa 130% do PIB, ou seja mais de 200 000 milhões de euros em 2014;
- O Orçamento do Estado para 2014, afectará também a capacidade de intervenção dos municípios;
- O governo com esta proposta de OE pretende afrontar o Tribunal Constitucional pondo em causa a democracia.

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Ordinária de 26 de Novembro de 2013, delibere:

1. Reconhecer que a renegociação da dívida é assunto actual, merecedor de toda a atenção da agenda política portuguesa e uma necessidade que se vai impondo a cada dia que passa;
2. Manifestar a sua preocupação pelo conjunto de inconstitucionalidades de que poderão vir a confirmar-se em relação ao Orçamento do Estado para 2014;
3. Reafirmar que existem políticas alternativas àquelas que o governo insiste em prosseguir e que, não só não sacrificariam os trabalhadores, como permitiriam melhores condições para a recuperação, crescimento e desenvolvimento da economia nacional;
4. Manifestar a sua solidariedade e apoio aos cidadãos que vivem e trabalham em Lisboa, nas suas lutas em defesa dos seus direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa;
5. Saudar a jornada de luta que trabalhadores, estudantes, desempregados, reformados, pensionistas e todos os cidadãos lesados pelas políticas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, realizam hoje, manifestando-se também em Lisboa junto ao parlamento, no próprio dia em que se vota o OE/2014 na Assembleia da República;
6. Remeter a presente moção para:
  - Presidente da República;
  - Presidente da Assembleia da República;
  - Grupos parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV;
  - Primeiro-ministro;
  - Ministra das Finanças.
7. Redacção da Agência de Notícias de Portugal -- LUSA.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV

Exm^o Senhora
Mestre Maria da Assunção Andrade
Esteves
M.I. Presidente da Assembleia da
República

Sua referência

Sua data

Nossa referência

OF/1335/AML/13

Data

03-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 2

Levo ao conhecimento de V^a Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, deliberou uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, que abaixo se transcreve, tendo sido o ponto 1 rejeitado e os pontos 2 a 7 aprovados por maioria.

“REJEITAR O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014 É UM IMPERATIVO PATRIÓTICO

Considerando que:

- *O Orçamento do Estado para 2014 aprofunda e aumenta drasticamente as desigualdades sociais existentes em Portugal e compromete a recuperação económica, o crescimento e o desenvolvimento do país;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 favorece claramente os grandes grupos económicos em centenas de milhões de euros, através, entre outras, da designada reforma do IRC e de regimes fiscais privilegiados;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 reduz o valor do factor trabalho e das pensões impondo novos cortes, incluindo a eliminação de prestações sociais e mantendo a esmagadora carga fiscal sobre o trabalho;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 intensifica o ataque aos trabalhadores da administração pública, quer através de políticas de despedimentos quer na redução de salários;*
- *O Orçamento do Estado agrava a linha de ataque ao Serviço Nacional de Saúde, à Escola Pública e aos Serviços Sociais;*
- *O governo, através do Orçamento do Estado para 2014, reduz em 848 milhões de euros o montante destinado à saúde e em 570 milhões de euros o montante destinado à educação, ao mesmo tempo que implementa medidas de favorecimento do ensino privado;*
- *O governo, através do Orçamento do Estado para 2014 recua no que respeita ao desenvolvimento de infraestruturas, pretendendo cortar mais de mil milhões de euros no investimento público, o que terá consequências imediatas na degradação dos serviços prestados às populações;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 reconhece ele próprio que com as políticas que aplica trará maior número de falências de pequenas e médias empresas;*
- *O governo reconhece através do seu próprio Orçamento do Estado para 2014 que, em consequência da política que aplica, o desemprego continuará a aumentar, atingindo nessas suas previsões 17,7%;*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LIS

Proc. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA
PRÉSIDENTE

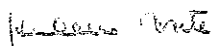
- Com o Orçamento do Estado para 2014 os trabalhadores portugueses pagarão por via do IRS, o triplo do que pagam as empresas por via do IRC;
- Desde 2010, a despesa com os juros a dívida, apesar dos cortes drásticos efectuados desde então para cá, passou de 4 800 milhões de euros para 7 300 milhões de euros, representando hoje a dívida portuguesa 130% do PIB, ou seja mais de 200 000 milhões de euros em 2014;
- O Orçamento do Estado para 2014, afectará também a capacidade de intervenção dos municípios;
- O governo com esta proposta de OE pretende afrontar o Tribunal Constitucional pondo em causa a democracia.

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Ordinária de 26 de Novembro de 2013, delibere:

1. Reconhecer que a renegociação da dívida é assunto actual, merecedor de toda a atenção da agenda política portuguesa e uma necessidade que se vai impondo a cada dia que passa;
2. Manifestar a sua preocupação pelo conjunto de inconstitucionalidades de que poderão vir a confirmar-se em relação ao Orçamento do Estado para 2014;
3. Reafirmar que existem políticas alternativas àquelas que o governo insiste em prosseguir e que, não só não sacrificariam os trabalhadores, como permitiriam melhores condições para a recuperação, crescimento e desenvolvimento da economia nacional;
4. Manifestar a sua solidariedade e apoio aos cidadãos que vivem e trabalham em Lisboa, nas suas lutas em defesa dos seus direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa;
5. Saudar a jornada de luta que trabalhadores, estudantes, desempregados, reformados, pensionistas e todos os cidadãos lesados pelas políticas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, realizam hoje, manifestando-se também em Lisboa junto ao parlamento, no próprio dia em que se vota o OE/2014 na Assembleia da República;
6. Remeter a presente moção para:
  - Presidente da República;
  - Presidente da Assembleia da República;
  - Grupos parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV;
  - Primeiro-ministro;
  - Ministra das Finanças.
7. Redacção da Agência de Notícias de Portugal – LUSA.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV

Exmº Senhor
Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva
M.I. Presidente da República

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1334/AML/13

Data
03-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 2

Excelência,

Levo ao conhecimento de Vª Excelência, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, deliberou uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, que abaixo se transcreve, tendo sido o ponto 1 rejeitado e os pontos 2 a 7 aprovados por maioria.

“REJEITAR O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014 É UM IMPERATIVO PATRIÓTICO
Considerando que:

- *O Orçamento do Estado para 2014 aprofunda e aumenta drasticamente as desigualdades sociais existentes em Portugal e compromete a recuperação económica, o crescimento e o desenvolvimento do país;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 favorece claramente os grandes grupos económicos em centenas de milhões de euros, através, entre outras, da designada reforma do IRC e de regimes fiscais privilegiados;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 reduz o valor do factor trabalho e das pensões impondo novos cortes, incluindo a eliminação de prestações sociais e mantendo a esmagadora carga fiscal sobre o trabalho;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 intensifica o ataque aos trabalhadores da administração pública, quer através de políticas de despedimentos quer na redução de salários;*
- *O Orçamento do Estado agrava a linha de ataque ao Serviço Nacional de Saúde, à Escola Pública e aos Serviços Sociais;*
- *O governo, através do Orçamento do Estado para 2014, reduz em 848 milhões de euros o montante destinado à saúde e em 570 milhões de euros o montante destinado à educação, ao mesmo tempo que implementa medidas de favorecimento do ensino privado;*
- *O governo, através do Orçamento do Estado para 2014 recua no que respeita ao desenvolvimento de infraestruturas, pretendendo cortar mais de mil milhões de euros no investimento público, o que terá consequências imediatas na degradação dos serviços prestados às populações;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 reconhece ele próprio que com as políticas que aplica trará maior número de falências de pequenas e médias empresas;*
- *O governo reconhece através do seu próprio Orçamento do Estado para 2014 que, em consequência da política que aplica, o desemprego continuará a aumentar, atingindo nessas suas previsões 17,7%;*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Prot. _____ / _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA
P R E S I D E N T E

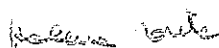
- Com o Orçamento do Estado para 2014 os trabalhadores portugueses pagarão por via do IRS, o triplo do que pagam as empresas por via do IRC;
- Desde 2010, a despesa com os juros a dívida, apesar dos cortes drásticos efectuados desde então para cá, passou de 4 800 milhões de euros para 7 300 milhões de euros, representando hoje a dívida portuguesa 130% do PIB, ou seja mais de 200 000 milhões de euros em 2014;
- O Orçamento do Estado para 2014, afectará também a capacidade de intervenção dos municípios;
- O governo com esta proposta de OE pretende afrontar o Tribunal Constitucional pondo em causa a democracia.

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Ordinária de 26 de Novembro de 2013, delibere:

1. Reconhecer que a renegociação da dívida é assunto actual, merecedor de toda a atenção da agenda política portuguesa e uma necessidade que se vai impondo a cada dia que passa;
2. Manifestar a sua preocupação pelo conjunto de inconstitucionalidades de que poderão vir a confirmar-se em relação ao Orçamento do Estado para 2014;
3. Reafirmar que existem políticas alternativas àquelas que o governo insiste em prosseguir e que, não só não sacrificariam os trabalhadores, como permitiriam melhores condições para a recuperação, crescimento e desenvolvimento da economia nacional;
4. Manifestar a sua solidariedade e apoio aos cidadãos que vivem e trabalham em Lisboa, nas suas lutas em defesa dos seus direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa;
5. Saudar a jornada de luta que trabalhadores, estudantes, desempregados, reformados, pensionistas e todos os cidadãos lesados pelas políticas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, realizam hoje, manifestando-se também em Lisboa junto ao parlamento, no próprio dia em que se vota o OE/2014 na Assembleia da República;
6. Remeter a presente moção para:
  - Presidente da República;
  - Presidente da Assembleia da República;
  - Grupos parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV;
  - Primeiro-ministro;
  - Ministra das Finanças.
7. Redacção da Agência de Notícias de Portugal – LUSA.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV

Exmº Senhor
Dr. Fernando Medina
M.I. Vereador da Câmara Municipal de
Lisboa

Sua referência

Sua data

Nossa referência

OF/1333/AML/13

Data

03-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 2

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, deliberou uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, que abaixo se transcreve, tendo sido o ponto 1 rejeitado e os pontos 2 a 7 aprovados por maioria.

“REJEITAR O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014 É UM IMPERATIVO PATRIÓTICO
Considerando que:

- *O Orçamento do Estado para 2014 aprofunda e aumenta drasticamente as desigualdades sociais existentes em Portugal e compromete a recuperação económica, o crescimento e o desenvolvimento do país;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 favorece claramente os grandes grupos económicos em centenas de milhões de euros, através, entre outras, da designada reforma do IRC e de regimes fiscais privilegiados;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 reduz o valor do factor trabalho e das pensões, impondo novos cortes, incluindo a eliminação de prestações sociais e mantendo a esmagadora carga fiscal sobre o trabalho;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 intensifica o ataque aos trabalhadores da administração pública, quer através de políticas de despedimentos quer na redução de salários;*
- *O Orçamento do Estado agrava a linha de ataque ao Serviço Nacional de Saúde, à Escola Pública e aos Serviços Sociais;*
- *O governo, através do Orçamento do Estado para 2014, reduz em 848 milhões de euros o montante destinado à saúde e em 570 milhões de euros o montante destinado à educação, ao mesmo tempo que implementa medidas de favorecimento do ensino privado;*
- *O governo, através do Orçamento do Estado para 2014 recua no que respeita ao desenvolvimento de infraestruturas, pretendendo cortar mais de mil milhões de euros no investimento público, o que terá consequências imediatas na degradação dos serviços prestados às populações;*
- *O Orçamento do Estado para 2014 reconhece ele próprio que com as políticas que aplica trará maior número de falências de pequenas e médias empresas;*
- *O governo reconhece através do seu próprio Orçamento do Estado para 2014 que, em consequência da política que aplica, o desemprego continuará a aumentar, atingindo nessas suas previsões 17,7%;*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____

- Com o Orçamento do Estado para 2014 os trabalhadores portugueses pagarão por via do IRS, o triplo do que pagam as empresas por via do IRC;
- Desde 2010, a despesa com os juros a dívida, apesar dos cortes drásticos efectuados desde então para cá, passou de 4 800 milhões de euros para 7 300 milhões de euros, representando hoje a dívida portuguesa 130% do PIB, ou seja mais de 200 000 milhões de euros em 2014;
- O Orçamento do Estado para 2014, afectará também a capacidade de intervenção dos municípios;
- O governo com esta proposta de OE pretende afrontar o Tribunal Constitucional pondo em causa a democracia.

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Ordinária de 26 de Novembro de 2013, delibere:

1. Reconhecer que a renegociação da dívida é assunto actual, merecedor de toda a atenção da agenda política portuguesa e uma necessidade que se vai impondo a cada dia que passa;
2. Manifestar a sua preocupação pelo conjunto de inconstitucionalidades de que poderão vir a confirmar-se em relação ao Orçamento do Estado para 2014;
3. Reafirmar que existem políticas alternativas àquelas que o governo insiste em prosseguir e que, não só não sacrificariam os trabalhadores, como permitiriam melhores condições para a recuperação, crescimento e desenvolvimento da economia nacional;
4. Manifestar a sua solidariedade e apoio aos cidadãos que vivem e trabalham em Lisboa, nas suas lutas em defesa dos seus direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa;
5. Saudar a jornada de luta que trabalhadores, estudantes, desempregados, reformados, pensionistas e todos os cidadãos lesados pelas políticas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, realizam hoje, manifestando-se também em Lisboa junto ao parlamento, no próprio dia em que se vota o OE/2014 na Assembleia da República;
6. Remeter a presente moção para:
  - Presidente da República;
  - Presidente da Assembleia da República;
  - Grupos parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV;
  - Primeiro-ministro;
  - Ministra das Finanças.
7. Redacção da Agência de Notícias de Portugal – LUSA.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV